



ESTADO DO PARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIXUNA DO PARÁ  
CNPJ N°. 83.286.011/0001-84  
ASSESSORIA JURÍDICA - ASSEJUR



**PARECER JURÍDICO**

**Interessada: Comissão de Licitação.**

**Ref.: Pregão Eletrônico nº 060/2023 PE-SRP.**

**Assunto: Aditivo**

**EMENTA: DIREITO ADMINISTRATIVO. TERMO ADITIVO. PRORROGAÇÃO DE VIGÊNCIA. INTELIGÊNCIA DO ART. 57, II, § 2º e ART. 65, I, b, DA LEI 8.666/93. CONTRATO REGISTRADO SOB O Nº 20240235. POSSIBILIDADE.**

**RELATÓRIO**

Trata-se de pedido encaminhado a esta Assessoria Jurídica para fins de manifestação quanto à possibilidade do aditamento do **contrato nº 20240235**, firmado entre o Fundo Municipal de Assistência e a empresa **S S DA COSTA COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA.**, cujo objeto é **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE GÊNERO ALIMENTÍCIO**, visando atender as necessidades da Secretaria Municipal de Ipixuna do Pará.

O processo foi instruído com solicitação, bem como justificativa do termo aditivo, **destinado a prorrogação de vigência e ao acréscimo de valor**, informando da necessidade de aditar o mencionado contrato.

Ademais, consta no processo, despacho informando que há saldo orçamentário para suprir o presente termo aditivo, assim como, autorização do ordenador de despesa, para ratificar a solicitação.

Ressalta-se que, a justificativa está pautada na continuidade dos serviços ora contratados.



ESTADO DO PARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIXUNA DO PARÁ  
CNPJ N°. 83.286.011/0001-84  
ASSESSORIA JURÍDICA - ASSEJUR

Assim sendo, a Presidente da CPL, solicitou junto à esta Assessoria Jurídica parecer quanto a possibilidade de aditivo no presente procedimento, onde se verifica a previsão contratual desde que em inequívoco interesse à Administração devidamente comprovado e **baseado nos moldes do art. 57, II, § 2º e art. 65, I, b, da Lei Federal nº 8.666/93.**

É o sucinto relatório. Passamos a análise jurídica.

### DA ANÁLISE JURÍDICA

Preliminarmente, cumpre esclarecer que a presente manifestação limitar-se-á à dúvida estritamente jurídica "*in abstracto*", ora proposta e, aos aspectos jurídicos da matéria, abstendo-se quanto aos aspectos técnicos, administrativos, econômico-financeiros e quanto à outras questões não ventiladas ou que exijam o exercício de conveniência e discricionariedade da Administração.

A emissão deste parecer não significa endosso ao mérito administrativo, tendo em vista que é relativo à área jurídica, não adentrando à competência técnica da Administração, em atendimento à recomendação da Consultoria-Geral da União, por meio das Boas Práticas Consultivas – BCP nº 07, qual seja:

“O Órgão Consultivo não deve emitir manifestações conclusivas sobre temas não jurídicos, tais como os técnicos, administrativos ou de conveniência ou oportunidade, sem prejuízo da possibilidade de emitir opinião ou fazer recomendações sobre tais questões, apontando tratar-se de juízo discricionário, se aplicável. Ademais, caso adentre em questão jurídica que possa ter reflexo significativo em aspecto técnico deve apontar e esclarecer qual a situação jurídica existente que autoriza sua manifestação naquele ponto.”



ESTADO DO PARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIXUNA DO PARÁ  
CNPJ N°. 83.286.011/0001-84  
ASSESSORIA JURÍDICA - ASSEJUR

Portanto, passa-se à análise dos aspectos relacionados às orientações jurídicas ora perquiridas.

### **DA FUNDAMENTAÇÃO**

Na análise dos autos, entende-se que o objetivo do Termo Aditivo, é para a **prorrogação de vigência até 30 de novembro de 2024** e o **acréscimo equivalente a 24,9 % (vinte e quatro vírgula nove por cento)**, referente ao **acréscimo de serviço/fornecimento, conforme ofício do órgão demandante**, a fim de se manter a continuidade ao atendimento dos serviços contratados.

Assim sendo, a lei 8.666/93, em seu art. 57, II, § 2º assim estabelece:

Art. 57. A duração dos contratos regidos por esta Lei ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, exceto quanto aos relativos:

...

II - à prestação de serviços a serem executados de forma contínua, que **poderão ter a sua duração prorrogada** por iguais e sucessivos períodos com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a administração, limitada a sessenta meses;

...

§ 2º Toda prorrogação de prazo deverá ser justificada por escrito e previamente autorizada pela autoridade competente para celebrar o contrato

Além disso, a lei de licitações e contratos em seu art. 65, inciso I, "b", prevê a possibilidade da Administração Pública realizar, acréscimos em seus contratos, desde que justificado por fatores supervenientes à contratação, *in verbis*:



ESTADO DO PARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIXUNA DO PARÁ  
CNPJ N°. 83.286.011/0001-84  
ASSESSORIA JURÍDICA - ASSEJUR



**Art. 65.** Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

I – unilateralmente pela Administração:

b) **quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos por esta lei.**

§1º O contratado fica obrigado a aceitar nas mesmas contratuais, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos e supressões que se fizerem nas obras, serviços ou compras **até 25% (vinte e cinco por cento)**, do valor inicial atualizado do contrato....

Assim sendo, verifica-se que o **contrato administrativo nº 20240235, firmado entre as partes se encontra em consonância com a Lei das Licitações, que prevê a possibilidade solicitada**

Destarte, constata-se que a pretensão da Administração é tempestiva, vez que o aludido contrato encontra-se vigente.

### **DA CONCLUSÃO**

Cumprido salientar que esta Assessoria Jurídica emite parecer sob o prisma estritamente jurídico, não lhe competindo adentrar a conveniência e à oportunidade dos atos praticados no âmbito da Administração, nem analisar aspectos de natureza eminentemente técnicos-administrativo.

Além disso, este parecer possui caráter meramente opinativo, não vinculando, portanto, a decisão do gestor, nos termos do art. 38, parágrafo único, da Lei Federal nº 8.666/93 (Julgados STF: MS nº 24.073-3-DF-2002; MS nº 24.631-6-DF-2007), e apresenta como respaldo jurídico os fatos e fundamentos colacionados.

Desse modo, com base nos motivos e fundamentos acima expostos quanto às razões que ensejaram o pleito, nos manifestamos favoráveis a realização do Termo Aditivo referente a prorrogação de prazo, referente ao Contrato



ESTADO DO PARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIXUNA DO PARÁ  
CNPJ N°. 83.286.011/0001-84  
ASSESSORIA JURÍDICA - ASSEJUR

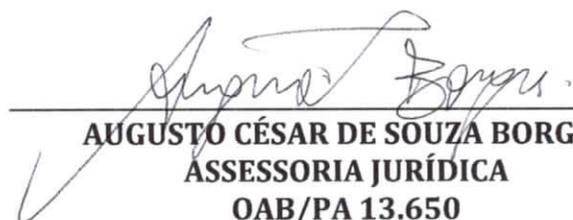
Administrativo nº 20240235 nos termos do art. 57 II, § 2º e 65, I, b da Lei 8.666/93, condicionada a comprovação da efetiva necessidade pela autoridade competente, lembrando que todas as demais cláusulas contratuais devem ser devidamente ratificadas no termo aditivo a ser elaborado, bem como sendo necessária a publicação do aditivo em questão, observando as formalidades de praxe.

É o parecer,

S.M.J

Retornem-se os autos a Comissão Permanente de Licitação para prosseguimento.

Ipixuna do Pará, 28 de agosto de 2024.

  
\_\_\_\_\_  
AUGUSTO CÉSAR DE SOUZA BORGES  
ASSESSORIA JURÍDICA  
OAB/PA 13.650